



Índice

- 01** DSEI Kaiapó Mato Grosso realiza curso sobre doenças prevalentes na infância
- 02** Mulher Kaingang é alvo de disparos no norte do Rio Grande do Sul
- 03** BNDES lança chamada pública do Fundo Amazônia para selecionar projetos de apoio a povos indígenas
- 04** Em homenagem a Dom Tomás Balduino, Ana Rita alerta para ameaça a demarcações
- 05** Bispos aprovam documento sobre a Questão Agrária
- 06** Reintegração do Apika'y não tem data para acontecer, diz PF
- 07** Índio integrado à cultura do "homem branco" é condenado segundo lei penal por agredir irmã
- 08** Menino da etnia baré utiliza 'peconha' para escalar: "Nasci na árvore"
- 09** São Pedro da Aldeia, RJ, implanta programa em comunidade quilombola
- 10** Governador entrega embarcação para atender Educação Escolar Quilombolas de São Francisco do Guaporé
- 11** Índios voltam a bloquear estradas
- 12** Estudantes indígenas poderão ter avaliação com critérios específicos
- 13** Indígenas pedem ampliação do perímetro urbano para ampliar aldeia urbana Lagoa



Bonita

- 14** Protesto indígena contra extração de madeira vai parar na justiça no Pará
- 15** Começa às 9 horas, na Assembleia Legislativa de MS, a "Conferência Estadual" sobre a inconstitucional PEC 215
- 16** GO – I Colóquio de Territorialidades de Povos e Comunidades Tradicionais, em 12 de maio
- 17** Em São Luís! O Protesto Contra os Desmandos da Empresa Vale!
- 18** Solidariedade com a luta do Povo XOKLENG-LAKLÃÑÕ!
- 19** D. Tomás, só um fato, artigo de Roberto Malvezzi (Gogó)*
- 20** Povo Pataxó e Tupinambá divulga nota exigindo regularização de seus territórios na Bahia
- 21** Relator do novo marco da mineração admite em vídeo prática que fere Código de Ética da Câmara
- 22** DSEI Potiguara inaugura nova sede administrativa em João Pessoa
- 23** Gestantes indígenas têm atendimento diferenciado em maternidade em Roraima
- 24** Novos professores reforçam a educação indígena no Parque do Tumucumaque
- 25** Governo deve demarcar área indígena tupinambá no Estado da Bahia
- 26** Federação Indígena culpa governo pelos conflitos na Bahia
- 27** TERRAS INDÍGENAS - Lançado edital da chamada pública
- 28** Olarte pode ampliar perímetro urbano para beneficiar comunidade indígena



Boletim de Notícias - Edição nº 80/ 2014

Brasília, 09 de maio de 2014.

-
- 29** [Orquestra Indígena de MS se apresenta no Rio de Janeiro durante a Copa do Mundo](#)
 - 30** [Reunião discutirá conflito indígena nesta sexta-feira em Faxinalzinho, RS](#)



DSEI Kaiapó Mato Grosso realiza curso sobre doenças prevalentes na infância
SÍTIO PORTAL DA SAÚDE, 08.05.2014

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Kaiapó Mato Grosso realizou, na última semana, em Colíder (MT), o curso de Capacitação em Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI). O objetivo foi aprimorar o conhecimento das equipes e implantar métodos de avaliação da criança indígena, através da estratégia AIDPI, proporcionando maior eficácia no atendimento realizado em área.

"Este curso é fundamental, pois ao realizar o levantamento do quadro epidemiológico das crianças menores de cinco anos percebeu-se a necessidade de se intensificar as ações de atenção à saúde desde o período pré-natal, parto e pós natal, bem como nos primeiros anos de vida, onde as taxas de mortalidade ganham especial atenção", explicou a Responsável Técnica pelo AIDPI no DSEI, a enfermeira Giseli Cristina de Oliveira.

Ao todo, foram capacitados 24 profissionais, entre enfermeiros, técnicos em enfermagem e médicos que trabalham diretamente nas aldeias. "Com o curso, espera-se que o número de casos de infecções de vias aéreas superiores, pneumonias, diarreias, desidratação e desnutrição diminuam gradativamente, assim como o número de remoções relacionadas a doenças e, conseqüentemente, reduzam o número de óbitos infantis por essas causas preveníveis", finalizou Giseli.

A Referência da Estratégia AIDPI em Mato Grosso e Doutora em Saúde da Criança, Sandra Coenga de Souza, também participou da capacitação como palestrante. O curso integra o ciclo de atividades e ações relacionadas à saúde da criança em continuidade com as capacitações iniciadas no ano de 2013 que o DSEI vem realizando, além de qualificar a atenção em saúde ofertada à criança indígena.

Segundo o Sistema de Informações da Atenção à Saúde Indígena (SIASI), no ano de 2013, nasceram no DSEI Kaiapó-MT 115 crianças. No distrito, 765 têm menos de cinco anos e há 127 crianças menores de um ano de idade.



Mulher Kaingang é alvo de disparos no norte do Rio Grande do Sul

SÍTIO CIMI, 08.05.2014

No final da tarde de 06 de maio, ocorreu um atentado a tiros contra uma kofá (idosa Kaingang) residente na terra indígena de Votouro (Benjamin Constant do Sul, RS), conforme denúncia da liderança Kaingang. A terra indígena Votouro fica próxima ao município de Faxinalzinho, RS, local do confronto entre indígenas e agricultores. O atentado a tiros ocorreu no período da tarde, quando Carmen Marcelino, com aproximadamente 60 anos, caminhava por uma via nas proximidades de sua casa em direção a um roçado, como cotidianamente faz, quando foi alvo de disparos efetuados por ocupante(s) de uma "caçamba branca".

Carmem não conseguiu apresentar outros detalhes do veículo, tampouco se o mesmo possuía algum outro tipo de identificação, pois não sabe ler. Os disparos não a atingiram, mas foram muito próximos. Conforme o relato "foi possível sentir o cheiro da pólvora".

O cacique Deoclides de Paula, afirma que a situação revela a insegurança a qual as comunidades Kaingang e Guarani ainda estão expostas e também a possibilidade de que ocorram outros atentados e atos violentos a qualquer momento e contra qualquer membro das comunidades indígenas da região.

A preocupação do cacique procede, pois não é fato isolado e se configura como retaliações premeditadas contra o povo Kaingang, após o confronto de Faxinalzinho. Na quarta-feira, dia 30 de abril, quatro indígenas, que retornavam da região para uma aldeia em Sananduva, RS, foram abordados e ameaçados por oito policiais da Brigada Militar e quatro policiais do BOE – Batalhão de Operações Especiais, todos sem identificação.

Também há a denúncia de que veículos da Polícia Federal circulam, nas imediações da Comunidade Kaingang do Kandóia, desprovidos de placas e com vidros escuros, monitorando os indígenas. Os veículos acompanham as saídas e entradas na aldeia, bem como as atividades e movimentações dentro da comunidade. Enquanto isso, nas imediações, atentados e abordagens ocorrem, como o acometido contra esta idosa, sem que se tenha nenhum tipo de registro ou investigação da autoria dos mesmos.

O Ministério Público Federal (MPF), em nota, afirma que a situação de atraso nas demarcações e apuração dos fatos, estimula a formação de 'milícias', que promovem atentados e ameaças contra o movimento indígena, estendendo-se a toda comunidade indígena, como o ocorrido a esta kofá. O MPF também afirma que a situação decorre da omissão dos órgãos governamentais competentes, especialmente do Ministério da Justiça.

Ontem, em Porto Alegre, representantes do governo estadual, e do Ministério da Justiça reuniram-se "a portas fechadas" para tratar dos conflitos. As lideranças indígenas não foram convidadas a participar. Também nenhuma autoridade se dirigiu à região de conflito. A omissão continua sendo a estratégia adotada.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 80/ 2014

Brasília, 09 de maio de 2014.

Depois da reunião “a portas fechadas”, a imprensa noticiou que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, pretende reunir indígenas e agricultores em Brasília. Lideranças das comunidades Kaingang expediram nota informando que não acreditam nas tais mesas de diálogo e que não irão à reunião proposta, uma vez que as medidas a serem adotadas pelo governo já foram amplamente discutidas e que cabe, agora, ao Ministério da Justiça a solução dos problemas.

Entidades de apoio aos povos indígenas e da sociedade civil acompanham os acontecimentos e denunciam as práticas de coação e violência contra os povos originários. Reiteram que a solução para a questão é a demarcação das terras indígenas e a plena indenização das famílias agricultoras, ocupantes de boa-fé, que se estabeleceram nestas terras, como indicado nos parâmetros e processos legais, que são de plena ciência entre os responsáveis e com a incumbência de promover a dignidade, a justiça e a paz.

Porto Alegre, RS, 08 de maio de 2014.



BNDES lança chamada pública do Fundo Amazônia para selecionar projetos de apoio a povos indígenas

SÍTIO BNDES, 08.05.2014

Serão disponibilizados até R\$ 70 milhões para projetos que elaborem e implementem Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou nesta quinta-feira, 8, no Ministério da Justiça, em Brasília, edital de chamada pública para selecionar projetos voltados à elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas.

Serão disponibilizados até R\$ 70 milhões em recursos não reembolsáveis do Fundo Amazônia. Participaram da cerimônia de lançamento o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; o ministro interino de Meio Ambiente, Francisco Gaetani; a presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati; e o diretor da Área de Meio Ambiente do BNDES, Guilherme Lacerda.

As regras da chamada permitem que as próprias organizações indígenas apresentem seus projetos. A chamada pública também está aberta a outras organizações, como fundações de direito privado e/ou associações civis — organizações indigenistas, ambientalistas e socioambientalistas — desde que possuam experiência de trabalho com povos indígenas e/ou tradicionais da Amazônia e estejam legalmente constituídas há pelo menos dois anos.

A chamada é resultado de trabalho conjunto entre Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e equipe do Fundo Amazônia, administrado pelo BNDES.

As propostas e atividades apoiadas deverão atender a princípios e diretrizes da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI), elaborada pela Funai, e gerar benefícios diretos aos povos indígenas da região Amazônica. Devem ainda contribuir para a gestão ambiental, com ênfase na proteção, recuperação ambiental e combate ao desmatamento na Amazônia; e para a promoção do uso e manejo sustentável dos recursos naturais, respeito aos modos de vida e manifestações culturais dos povos indígenas.

As propostas não poderão ter valor inferior a R\$ 4 milhões nem superior a R\$ 12 milhões, e o prazo máximo de execução dos projetos deverá ser de 42 meses. Cada entidade proponente poderá submeter apenas uma proposta, assumindo a responsabilidade pela realização integral do projeto. O BNDES receberá propostas de até o dia 07 de novembro de 2014.

Mais informações estão disponíveis no site do Fundo Amazônia: www.fundoamazonia.gov.br. Criado em 2008 para apoiar ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável no bioma Amazônia, o Fundo Amazônia já aprovou um total de R\$ 859 milhões para 54 projetos.



Boletim de Notícias - Edição nº 80/ 2014

Brasília, 09 de maio de 2014.

Em homenagem a Dom Tomás Balduino, Ana Rita alerta para ameaça a demarcações
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 08.05.2014

Da Redação Agência Senado

As Propostas de Emenda à Constituição 38/1999 e 215/2000, que mudam as regras das demarcações de terras indígenas, foram alvo de críticas da senadora Ana Rita (PT-ES) nesta quarta-feira (7) no pronunciamento em que registrou a trajetória de Dom Tomás Balduino (1922-2014). A senadora salientou a identificação do bispo emérito de Goiás (GO) com a defesa da reforma agrária e da causa indígena, e afirmou que as PECs contrariam os ideais do religioso.

- Em um momento de ofensiva contra aos direitos dos povos indígenas, dos trabalhadores sem terra, quilombolas, ribeirinhos e pequenos agricultores – disse a senadora, acrescentando que a autoridade moral, a firmeza ideológica e o compromisso militante com a luta pelo direito à terra, marcas sempre presentes na vida de dom Tomás farão muita falta.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Ruben Siqueira.



Bispos aprovam documento sobre a Questão Agrária

SÍTIO CNBB, 08.05.2014

O plenário da 52ª Assembleia Geral da CNBB aprovou na tarde desta quarta-feira, 7 de maio, o Documento sobre a visão da Igreja em relação à Questão Agrária Brasileira no século XXI. O processo de construção começou há 5 anos. Desde o ano passado foi publicado como um texto de estudo da CNBB e recebeu contribuições de diversos bispos e dioceses.

O Documento aprovado está dividido em três partes. Na primeira, faz uma contextualização da situação agrária atual. "Nessa parte, os bispos mostram quais são os gritos ensurdecidos que brotam de tantas realidades, como os povos indígenas, os quilombolas, os pescadores, os ribeirinhos, os extrativistas", explica o presidente da Comissão Pastoral da Terra, dom Enemésio Lazarris.

A segunda parte traz o olhar dos bispos sobre a atual questão agrária, abordando a posse e o uso da terra à luz da Sagrada Escritura e dos Documentos da Igreja. Já na terceira parte, surgem os compromissos pastorais diante da questão. Dom Enemésio destaca que o Documento "é a palavra de mais de 350 bispos hoje para a sociedade em geral sobre este tema importante". Segundo ele, "não se destina apenas para dentro da comunidade eclesial, mas para toda a sociedade".

A parte final do Documento apresenta os desafios diante de realidades bem concretas: trabalho escravo, defesa da natureza, cuidado com a água, produção de energia sustentável. O episcopado também cobra do poder público uma posição sobre esta realidade. "Acreditamos que esse documento seja apresentado aos candidatos aos governos estaduais e federal, dizendo qual é a posição da Igreja em relação à questão agrária, e sobretudo sobre a função social da terra e da propriedade", disse o bispo.



Reintegração do Apika'y não tem data para acontecer, diz PF

SÍTIO DOURADO NEWS, 08.05.2014

Thalyta Andrade

Com um mandado de reintegração de posse que terminou hoje, a retirada de indígenas guarani-kaiowá da comunidade Apika'y, que vivem em um acampamento às margens da rodovia BR-463, entre Dourados e Ponta Porã, ainda está sem prazo definido.

A informação é da assessoria da Polícia Federal, que confirmou ter sido informada da situação, mas ressaltou que uma operação em apoio para o cumprimento da decisão depende do órgão ser acionado oficialmente pela Justiça Federal, o que ainda não aconteceu.

Além disso, ainda que o oficial de Justiça designado para o cumprimento do mandado solicite apoio da PF, o órgão teria de estudar qual seria a melhor maneira para agir e promover a retirada do acampamento, e quantos policiais federais seriam necessários para a ação, o que poderia demorar dias, segundo ressaltado pela PF.

Conforme noticiado pelo Dourados News na terça-feira, dia 6, a reintegração de posse foi concedida pela Justiça Federal de Dourados e, a partir de hoje, o grupo de pelo menos 50 indígenas que está no local deveria ter se retirado voluntariamente, sob pena serem retirados por meio de força policial. No entanto, o grupo permanece na área.

Há pelo menos 15 anos os indígenas estão no acampamento, no local que pertenceria a uma usina de cana de açúcar, segundo divulgado pelo Cimi (Conselho Missionário Indigenista). As 'brigas' pela posse da propriedade se arrastam na Justiça há anos, com grupos de defesa dos direitos das comunidades indígenas alegando que a área é um território tradicional, o que motivou estudos para demarcação encaminhados pela Funai (Fundação Nacional do Índio) que estão parados também há anos.

A Funai, aliás, deve ainda tentar derrubar a decisão pela reintegração de posse, que é a que está valendo no momento. No entanto, o encaminhamento de um possível recurso pode demorar, conforme informado pelo Cimi ao Dourados News também na terça-feira, por meio do coordenador regional, Flávio Machado, que não foi localizado até a publicação desta matéria para comentar o fim do prazo.

O advogado que representa o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) também não foi encontrado hoje para comentar o fim do prazo, mas disse ao Dourados News no dia 6 estar "temeroso" com relação ao cumprimento da reintegração de posse, já que os indígenas já afirmaram várias vezes que não pretendem sair do local.

"Nos preocupa muito. Pedimos que, na possibilidade do cumprimento da ordem, a Polícia Federal siga o manual e que sejam feitos contatos de mediação com entidades que defendem a causa da comunidade que vive no Apika'y. Não queremos um novo caso semelhante ao que aconteceu no ano passado na fazenda Buriti, em Sidrolândia".



Índio integrado à cultura do "homem branco" é condenado segundo lei penal por agredir irmã

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 08.05.2014

Índio integrado à cultura do "homem branco" está sujeito às lei penais vigentes, independentemente de já ter sofrido punição pelo mesmo fato com base nas tradições de sua tribo.

A 4ª Câmara Criminal do TJSC, com base no que diz o Estatuto do Índio (Lei n. 6001/1973), confirmou sentença que condenou um silvícola a três meses de detenção, em regime aberto, por agressão contra a própria irmã, a quem atacou com um cabo de vassoura. A mulher teria ficado com vários hematomas na face e nas pernas.

A apelação do réu foi no sentido de buscar a absolvição por já ter sofrido punição entre os seus. Sua condição de aculturado, entretanto, ficou incontroversa nos autos. Ele trabalhava em uma empresa da região, recebia salários regularmente, consumia bebidas alcoólicas aos finais de semana e buscava entretenimento em bailes com grande frequência.

O desembargador Roberto Lucas Pacheco, relator do acórdão, ressaltou ainda que, por já ter sido condenado ao mínimo legal, o réu não pode ser beneficiado com atenuante por ser indígena. A decisão foi unânime (Apelação Criminal n. 2013.086669-7).

Menino da etnia baré utiliza 'peconha' para escalar: "Nasci na árvore"

SÍTIO GLOBO ESPORTE, 08.05.2014

Elenilson Gonçalves Nascimento, de 16 anos, sobe em árvores de 10 a 15 metros de altura com o instrumento. O curumim também aventura-se no arco e flecha



O Amazonas é um Estado onde a diversidade cultural é predominante. Entretanto, quando o assunto é esporte, as cores se unificam. É onde o branco e o índio se tornam 'um', e todos erguem a mesma bandeira.

Isso foi demonstrado na 4ª Edição dos Jogos Interculturais Indígenas. Um dos meninos que se destacou com a sua agilidade foi Elenilson Gonçalves Nascimento, de apenas 16 anos.

Integrante da etnia Baré, ele mora na Comunidade do Livramento, na Zona Rural de Manaus. Para se chegar até a região, saindo da capital amazonense, leva-se em torno de 35 a 40 minutos de voadeira, que é uma pequena embarcação movida a motor com estrutura e casco de metal.

Praticante de algumas modalidades esportivas como o futebol e o arco e flecha, o garoto se distingue mesmo é na 'peconha', utensílio rudimentar amazônico similar a um cinto, empregado na escalada de árvores, e, comumente, fabricado a partir de fibras de palmeiras.

Tal técnica, que normalmente é utilizada para coletar recursos vegetais, é aproveitada por Elenilson para subir em árvores elevadas e, se não bastasse, 'finas'. O pequeno atleta indígena disse ao GloboEsporte.com que o amor pela 'atividade lúdica' já vem de berço.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 80/ 2014

Brasília, 09 de maio de 2014.

"Eu nasci na árvore, o que justifica a minha preferência pela peconha", sorri ele, que se diz acostumado a desafiar as alturas.

- Estou acostumado a subir em árvores bem fininhas e de aproximadamente uns 10 ou 15 metros. Inclusive, eu faço isso em dez segundos. Subo e desço em quase dez segundos - descreveu.

O talentoso 'curumim', como são designadas de modo geral as crianças indígenas, ainda se exibiu um pouco dos seus 'dotes' com o arco e a flecha.

- Com um pouco mais de treinamento eu acerto em cheio. Até porque eu tenho pouco mais de um mês praticando - justificou o menino do ensino básico de educação, e que sonha em se tornar referência e uma das modalidades exercitadas por ele no Amazonas.

- Vou trabalhar e me esforçar, ainda mais, para isso- , concluiu Elenilson.



São Pedro da Aldeia, RJ, implanta programa em comunidade quilombola
SÍTIO G1, 08.05.2014

*Programa vai financiar unidades habitacionais para famílias.
Meta inicial é construir 190 moradias no município.*

A prefeitura de São Pedro da Aldeia, na Região dos Lagos do Rio, através do trabalho conjunto das secretarias de Projetos, Secretaria de Urbanismo e Habitação, Educação, Assistência Social e Direitos Humanos e da Agricultura, Abastecimento, Trabalho e Renda, está implantando o Programa Nacional de Habitação Rural na comunidade quilombola Caveira, no bairro Botafogo. A adesão ao programa, criado pelo governo federal no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, é uma parceria entre o município e o Banco do Brasil e visa financiar unidades habitacionais para famílias com ancestralidade no quilombo. O programa disponibiliza recursos de até R\$ 28.500,00, por família, para a construção das moradias. Os interessados pagarão um valor irrisório de 4% dessa quantia em quatro anos, representando 1% a cada ano financiado. A prefeitura de São Pedro, como administradora do processo, está realizando um trabalho de sensibilização da comunidade por meio de reuniões na Escola Municipal Quilombola Dona Rosa Geralda da Silveira. A meta inicial é construir 190 moradias, sendo possível atender um número maior.

Claudia Magalhães, secretária de Projetos, explicou a ação. "Estamos realizando pela primeira vez em São Pedro da Aldeia um trabalho específico para a comunidade quilombola. Queremos melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, através de uma habitação de qualidade e esgotamento sanitário, então é um trabalho pioneiro para a comunidade na região. A etapa de sensibilização ainda está sendo realizadas, nós vamos fazer o cadastramento dos interessados e encaminhar os dados ao Banco do Brasil. O banco analisa se a família cadastrada tem perfil ou não para aderir ao programa. Ainda não sabemos qual é a demanda, por isso estamos trabalhando com um número de 190 moradias, sendo passível de alteração", disse.

O Programa Nacional de Habitação Rural oferece subsídios para a construção e/ou reforma de unidades habitacionais. Em São Pedro da Aldeia, o programa ocorrerá em duas fases, onde a construção de casas que seguirão o mesmo padrão será priorizada. As reformas acontecerão na segunda fase da implantação do projeto e dependerá de cada caso. Para a realização do Projeto, é preciso que cinco famílias, no mínimo, façam o financiamento.

Secretário de Urbanismo e Habitação, Júlio Berlandi ressaltou que o programa é feito para a comunidade. "Estamos aderindo a um plano importante de habitação. Para o programa acontecer, a gente precisa da participação da comunidade senão não faz sentido. Temos cinco secretarias envolvidas no projeto, além do Banco do Brasil como agente financiador. Queremos oferecer às famílias do quilombo aldeense um trabalho de qualidade", declarou.

Roberto dos Santos, presidente da Associação dos Remanescentes Quilombolas, destacou que
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 80/ 2014

Brasília, 09 de maio de 2014.

as ações da cidade estão de acordo com o Programa Brasil Quilombola, do governo federal. “O prefeito Cláudio Chumbinho está trabalhando junto com a cartilha do governo federal, então nós sabemos que o trabalho feito é algo honesto e dentro daquilo que o governo propõe. Tenho certeza que vamos colher bons frutos dessa parceria e fico muito grato em nome dessa comunidade”, declarou.

A proposta de adesão ao Programa de Habitação foi uma iniciativa do atual governo, que teve como marco inicial a criação da Escola Quilombola e a aproximação do quilombo Botafogo/Caveira das políticas públicas. Uma equipe técnica será colocada na comunidade para fazer o mapeamento do território e auxiliar as famílias que estão interessadas em aderir ao programa.

Governador entrega embarcação para atender Educação Escolar Quilombolas de São Francisco do Guaporé

SÍTIO GIRO CENTRAL, 09.05.2014



Buscando investir ainda mais na qualidade da Educação rondoniense, o Governador Confúcio Moura, acompanhado do Deputado Lebrão da Prefeitura de São Francisco do Guaporé Gislaine Clemente e do Senador Valdir Raupp realizou na tarde dessa quinta-feira (8), a entrega de um barco com motor para fazer o transporte dos professores do CEEJA de São Francisco do Guaporé para atender a educação escolar das comunidades de Pedras Negras e Santo Antônio.

Na ocasião também foi assinado pelo governador à ordem de serviço para construção da quadra da Escola Marcilene Carvalho de São Francisco do Guaporé e da construção da cobertura da quadra da Escola Gomes Carneiro de Costa Marques.

O evento aconteceu na quadra da escola Campos Sales onde a coordenadora da CRE- São Francisco do Guaporé, professora Maria Roos recebeu do governador Confúcio Moura a chave da embarcação que irá transportar os professores do CEEJA até o distrito de Pedras Negras e Santo Antônio, oferecendo qualidade e segurança a esses profissionais que levam o conhecimento e fazem o desenvolvimento educacional dessas regiões.

Durante a entrega o governador Confúcio Moura declarou que a cada dia vem buscando juntamente com a secretária de educação benefícios para garantir melhor qualidade de vida de quem estuda e de quem trabalha na educação do estado de Rondônia.



Índios voltam a bloquear estradas
SÍTIO DIÁRIO DA MANHÃ, 08.05.2014

A quarta-feira (7) iniciou com muita expectativa para índios e agricultores da região de Faxinalzinho, com a possibilidade da vinda do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo. A equipe do Jornal Diário da Manhã esteve no local e se deparou com a indignação do grupo indígena kaingang que via na visita uma oportunidade de diálogo com o Governo Federal, inclusive com a vinda do presidente da Federação das Organizações Indígenas do RS, Zaqueu Kaingang que veio de Porto Alegre para acompanhar a situação. "Essa morosidade estatal faz com que políticos falem coisas erradas, como fizeram nos pronunciamentos em Vicente Dutra. Foram infelizes. Porque quando colocam pequenos agricultores e indígenas um contra o outro, em um pronunciamento eleitoral, fazem com esse acirramento aconteça", explica Zaqueu.

Conforme posicionamento do grupo indígena, o que se busca é demarcação das terras, não conflitos que não são vantajosos para nenhum dos lados. "Não é isso que queremos, não estamos de briga com nossos vizinhos, que são os pequenos agricultores. Quem faz isso são instituições que estão interessados por manutenção dos seus cargos, nas presidências de sindicatos ruralistas e grandes latifundiários do Rio Grande do Sul. E nós, índios e agricultores, não estamos brigando, queremos nossos direitos e que os direitos dos agricultores sejam atendidos. Assim como nossos direitos originários sejam atendidos, porque fizeram reforma agrária em cima de território indígena, nossos velhos e ancestrais estão aqui e é onde queremos ficar. Não adianta o estado comprar terra e dar para os índios, eles que comprem terra e indenizem os agricultores, porque nós consideramos a nossa terra como nossa mãe, porque não tem condições de negociar. É aqui que queremos ficar, porque nós identificamos essa terra como nossa".

O cacique da Reserva de Votouro, que é vereador em Benjamim Constante do Sul, Elizeu Garcia, explicou que o sentimento é de decepção já que esperavam que o ministro viesse até o estado com uma decisão definitiva sobre o impasse. "Decidimos, junto com a liderança de Votouro, que vamos fechar as portas da reserva por motivo de segurança já que não veio o ministro para que houvesse uma conversa. Na terça-feira, por volta das 15h foram feitos disparados de armas de fogo em cima das mulheres indígenas que não têm nada a ver com a situação. Então não vão mais passar pessoas estranhas na reserva, com o bloqueio na estrada. Pedimos para as autoridades responsáveis que tomem uma decisão, definam de uma vez essa situação dessas comunidades que estão há 12 anos sofrendo embaixo de barracos, sem ter uma escolaridade diferenciada, sem ter uma saúde de qualidade, então é para essas pessoas que o governo tem que olhar", afirmou.

Conforme o cacique, em Votouro existem aproximadamente 300 famílias e em torno de 1500 pessoas, e há mais de 10 anos a comunidade do acampamento de Kandoia aguarda por uma determinação do Governo Federal. "Há 12 anos que a comunidade de Kandoia está em cima dessa terra lutando, indo para Brasília, Porto Alegre e Passo Fundo, sentando com ministros e autoridades e não se define nada. Acho que está na hora das autoridades tomarem uma

CONT.



decisão. Estamos brigando por uma migalha de terras não é como as pessoas falam, chamam nós até de vagabundo, mas venham conhecer antes de falar. Na minha comunidade nós temos 200 hectares de terra cultivados, onde a gente planta e colhe. Somos agricultores também. Quero mostrar para a comunidade branca que venham ver com os próprios olhos, porque a gente não é vagabundo. Inclusive nessa semana estamos plantando dentro da comunidade 82 mil mudas de árvores, porque o que a gente quer é que as crianças possam ver ainda a caça, a pesca e as árvores e é para isso que nós lutamos”, salientou.

Ministério da Justiça divulga nota com nova data para reunião

Em nota o Ministério da Justiça lamentou a violência ocorrida no dia 28 de abril de 2014 em que dois agricultores morreram após conflito com os índios. “Reiteramos a avaliação de que o equacionamento dos conflitos fundiários envolvendo terras indígenas no estado somente será possível por meio do diálogo e pela busca por consensos que possibilitem a composição de direitos e as garantias de dignidade e respeito aos direitos humanos”, diz a nota.

Dessa forma se oferece a possibilidade de uma mesa de diálogo para representantes indígenas e agricultores junto com o governo possam conversar e se chegar a uma solução para o impasse. A reunião está marcada para o dia 22 de maio em Brasília.

Polícia Federal investiga suspeitos do crime

O delegado da Polícia Federal, Mário Vieira, relata que as investigações estão sendo conduzidas da melhor forma possível para que não venham prejudicar as partes. “Nós estamos cientes do grave problema que esta acontecendo na região. Desde que aconteceu o crime estamos investigando, com agentes da Polícia Federal na área. Temos contato com as lideranças dos agricultores e indígenas. Mas a população tem que saber que o Estado é de Direito tanto para os indígenas quanto para os agricultores, a legislação vai ser aplicada, posso garantir isso, esse duplo homicídio vai ser investigado e apontada a autoria. Mas isso demanda tempo e também sigilo no procedimento. Nosso trabalho está sendo feito assim como dos demais órgãos”, afirmou.

Conforme o delegado existe uma proteção constitucional da comunidade indígena, mas que o indígena não é considerado um ser inimputável, pelo contrário é considerado um ser com direitos e deveres, como qualquer um, com isso os responsáveis pelo assassinato dos dois agricultores devem responder pelo crime assim como qualquer branco.



Estudantes indígenas poderão ter avaliação com critérios específicos

SÍTIO UNDIME, 08.05.2014

É o que determina o Projeto de Lei 5954/13, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Os processos de avaliação educacional dos estabelecimentos de ensino e dos estudantes indígenas poderão ter de respeitar as particularidades culturais das diferentes comunidades e povos. É o que prevê o Projeto de Lei 5954/13, do Senado, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei 9.394/96).

Segundo o autor, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), os estabelecimentos de ensino e os estudantes indígenas não devem ser submetidos aos mesmos processos de avaliação das demais escolas e alunos. “Fatores como a relação entre as línguas maternas e a portuguesa e a importância da oralidade de cada cultura devem ser respeitados e levar à elaboração, pelas autoridades competentes, de avaliações específicas”, argumenta.

Hoje, a LDB assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem tanto na educação básica, quanto no ensino profissionalizante e no ensino superior. Pelo texto, serão assegurados a essas comunidades também processos próprios de avaliação.

Tramitação

De caráter conclusivo, a proposta será analisada pelas comissões de Direitos Humanos e Minorias; de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Autor: Agência Câmara



Indígenas pedem ampliação do perímetro urbano para ampliar aldeia urbana Lagoa Bonita

SÍTIO FOLHA DO POVO, 08.05.2014

A Prefeitura de Campo Grande vai esudar a reivindicação de um grupo de terenas que ocupa uma área vizinha a Aldeia Agua Bonita nos fundos do Bairro Tarsila do Amaral. São 128 famílias que reivindicam a construção de um conjunto habitacional nesta área que pertence ao Estado, mas não pode ter esta destinação porque está na zona rural. O prefeito Gilmar Olarte recebeu um grupo de 20 lideranças da comunidade que reivindicaram a ampliação desta área ao perímetro urbano.

O prefeito informou aos indígenas, que estavam acompanhados dos deputados Carlos Marun e Laete Tetila, que a mudança do perímetro depende de uma ampla consulta aos setores organizados representados no Conselho Municipal do Desenvolvimento Urbano (CMDU). Já foi formado um grupo técnico na Unidade de Planejamento Urbano (Planurb) encarregado de avaliar a viabilidade de ampliação do perímetro que é reivindicado por setores empresariais para instalação de polos industriais nas saídas para São Paulo e Cuiabá. Será necessário promover mudanças no plano diretor da cidade.

O prefeito Gilmar Olarte recebeu, na tarde de terça-feira (6), um grupo de 20 indígenas que está reivindicando a regularização fundiária de uma área localizada nas proximidades do Residencial Tarsila do Amaral (região urbana do Segredo). Também participaram do encontro a diretora-presidente da Agência Municipal de Habitação de Campo Grande (Emha), Marta Lúcia Martinez e os deputados estaduais Laerte Tetila (PT) e Carlos Marum (PMDB).

Ao falar em nome do grupo, o cacique Nilton explicou a situação das famílias que vivem na área. "Estamos aqui para pedir apoio da prefeitura no sentido de regularizar o local. Temos 128 famílias que estão vivendo em condições precárias e que podem ser retiradas a qualquer momento. Temos interesse de formalizar nossa moradia, a exemplo da aldeia Água Bonita", esclareceu.

Segundo a diretora da Emha,, Marta Martinez, foi proposto aos indígenas r outra área no perímetro urbano para se viabilizar um projeto habitacional. Eles discordaram já que preferem ficar próximo aos familiares que residem na aldeia Água Bonita, no bairro Vida Nova III. "

happy wheels



Protesto indígena contra extração de madeira vai parar na justiça no Pará
SÍTIO G1, 08.05.2014

*Condutor de balsa afirma que foi mantido em cárcere privado.
Manifestação ocorreu em 2009. Líder diz que não houve prisão de pessoas.*

ete pessoas, apontadas como líderes de um protesto contra a extração de madeira, realizado em 2009, junto com um funcionário de uma balsa transportadora do produto, participaram da primeira audiência sobre o caso nesta quinta-feira (8), em Santarém, oeste do Pará. O funcionário, Izailton Sousa, denunciou os indígenas e comunitários de cárcere privado durante a manifestação ocorrida em 2009.

Diante dos relatos feitos pelo funcionário, o Ministério Público fez uma denúncia à justiça, e um processo foi aberto para investigar o caso. "Eu não tenho nada a ver com a extração de madeira, só estava prestando serviço, não tive nada a ver com a situação. Eu fiquei detido durante três dias. pela forma como fomos abordados, invadiram a balsa, me levaram para cima da balsa encostaram a balsa. Para eu manter o primeiro contato com Santarém eu fui escoltado. Eu acho que teve sim agressão", afirma Sousa.

O cacique Odair Borari, principal líder do movimento disse que não cabe a acusação de cárcere privado, porque segundo ele em nenhum momento os responsáveis pelas balsas ficaram presos. "A primeira balsa foi do Izailton Sousa que ia subindo o rio vazia. Nós o chamamos, conversei com ele dizendo que era uma manifestação porque o governo estadual não está dando suporte e nem atendendo a gente. Então a gente disponibilizou uma lancha do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para que ele pudesse vir para Santarém. disponibilizamos também o telefone para que o Izailton pudesse ligar para o povo dele dizendo que a balsa estava detida. A balsa e não pessoas. Nós oferecemos rabeta [pequena embarcação motorizada, típica na região], transporte para ele voltar, demos comida", defende.

O protesto

O manifesto ocorreu em 2009 quando os moradores de algumas comunidades da Gleba Nova Olinda, Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (Resex) e Gleba Lago Grande, onde fazem parte 42 comunidades, protestaram para a retirada dos planos de manejos e a paralização da atividade madeira, assim como o reconhecimento de algumas áreas indígenas. Na época os manifestantes atearam fogo em duas balsas carregadas com madeira que foram apreendidas no protesto. Balsas foram impedidas de subir e descer o rio. O protesto durou pouco mais de um mês. Nenhuma irregularidade foi constatada na madeira que era transportada.

Das 20 testemunhas de acusação e defesa intimadas para a audiência apenas 4 compareceram. Uma de acusação e três de defesa. As demais não foram localizadas. O MP deve ir atrás dessas testemunhas e marcar uma nova audiência para que todos sejam ouvidos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 80/ 2014

Brasília, 09 de maio de 2014.

O processo está tramitando na 4ª Vara Criminal, e deve ser julgado pelo juiz Paulo Evangelista.



Boletim de Notícias - Edição nº 80/ 2014

Brasília, 09 de maio de 2014.

Começa às 9 horas, na Assembleia Legislativa de MS, a “Conferência Estadual” sobre a inconstitucional PEC 215

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.05.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

É hora de estarmos atentos aos acontecimentos em MS. Às 9 horas, na Assembleia Legislativa, em Campo Grande, começa a pretensa audiência pública sobre a inconstitucional PEC 215, que os ruralistas apelidaram de “Conferência Estadual”. Faltou a terceira palavra: “ruralista”.

Como escrevemos antes, eles se prepararam para ela com reuniões nos municípios e estavam convocando caravanas de ônibus para “mostrar sua força”, enchendo a AL.

A Hánaiti Ho’Únevo Têrenoe – Grande Assembleia do Povo Terena lançou Nota ontem à noite, marcando sua posição.

À distância, só podemos aguardar notícias e torcer para que todo esse desrespeito à Constituição e aos direitos dos povos indígenas termine.



Boletim de Notícias - Edição nº 80/ 2014

Brasília, 09 de maio de 2014.

GO – I Colóquio de Territorialidades de Povos e Comunidades Tradicionais, em 12 de maio

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 16.05.2014

**I Café Com Direitos Humanos, Políticas Públicas e Africanidades e
I Colóquio de Territorialidades de Povos e Comunidades Tradicionais**

MESA MULTITEMÁTICA

Identidades e Processos de Territorialização entre Indígenas e Quilombolas.
Prof. Dr Leandro Mendes Rocha - PPGH/UFG (Palestrante)
O Combate ao Racismo e o Reconhecimento das Comunidades de Terreiro no Estado de Goiás.
Prof. Dr. Mary Anne Vieira – UEG (Palestrante)
Direitos Humanos e a Pessoa com Deficiência em Goiás
Doutorando, Bento Fleury Curado – IESA/UFG (Palestrante)

CONVIDADOS
Fabrício Bonfim – Superintendente Estadual de Direitos Humanos
José Eduardo da Silva – Assessor Especial de Direitos Humanos e Cidadania do Município de Goiânia
Ana Rita Barcelos de Castro – Secretária de Promoção da Igualdade Racial do Município de Goiânia

Dia: 12 de Maio de 2014
Local: Auditório do Instituto de Estudos Socioambientais – IESA/UFG
Horário: 14 horas

Apoio

Lab+ter **IESA** **UFG** **ACEN** **RAIZ CULTURAL** **RAIZ CULTURAL** **RAIZ CULTURAL** **RAIZ CULTURAL** **RAIZ CULTURAL**



Em São Luís! O Protesto Contra os Desmandos da Empresa Vale!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.05.2014

O Seminário Carajás foi pra rua! Um grupo de 30 pessoas, entre militantes sociais, estudantes, sem-terra, índios e quilombolas, não se contentaram apenas em debate e estudar os problemas provocados pelo Programa Grande Carajás. Eles foram para rua! Ontem pela manhã este grupo promoveu um protesto em frente a Vale e protocolou uma carta de exigências. A atitude deste grupo pode parecer quixotesca, para alguns, mas, podem acreditar que incomodou.

Para dar maior visibilidade ao protesto alguns estavam com o rosto e os corpos pintados e usando adereços e 10 placas onde estava escrito: Não VALE poluir, Não VALE massacrar, Não VALE remover, Não VALE escravizar, Não VALE espionar, Não VALE saquear, Não VALE enganar, Não VALE corromper, Não VALE desmatar e Não VALE oprimir! A carta de exigências aponta 13 itens: a maioria trata dos incômodos e desgraças promovidos pela passagem do trem da Vale entre São Luís e a Serra de Carajás e a indesejada duplicação desta ferrovia (declarado ilegal pela Justiça Federal. Entre eles estão o atropelamento de pessoas, as viagens clandestinas de crianças junto ao minério, a imensa poluição sonora, os alagamentos, os incêndios de florestas, o deslocamento de famílias e comunidades e os impactos em terras indígenas. Além disso, o documento exige atenção ao bairro de Pequiá de Baixo (Açailândia) e a questão da espionagem a organizações e movimentos sociais.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Madalena Borges Awá-Guajá.



Solidariedade com a luta do Povo XOKLENG-LAKLÃNÕ!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.05.2014

Prezados irmãos de luta e aliados da causa Indígena! Venho pelo presente divulgar em anexo a decisão de nossa Terra Indígena do Povo XOKLENG-LAKLÃNÕ, do Alto Vale do Itajaí – José Boiteux – Santa Catarina, sobre as PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE ESTRADA, AS MÁS CONDIÇÕES QUE O ESPAÇO ESCOLAR OFERECE PARA AS CRIANÇAS XOKLENG. Neste sentido o governo estadual e município estão se omitindo quando se trata de atendimento para reforma e manutenção das estradas e construção de um espaço para educação infantil com transporte adequado e próprio para educação infantil, educação inclusiva e básica. Sobre tudo a unidade escolar oferece risco de contagiar doenças e até mesmo risco de a escola e o ginásio de esporte desabar sobre os alunos, e a estrada oferece risco de acidentes graves pelas péssimas condições para transitar.

Diante disso as aldeias Figueira, Coqueiro, Palmeira e sede, desde a semana passada fizeram suas reclamações sobre a condição das estradas que dão acesso as escolas, a escola indígena e a não-indígena. A escola indígena atende alunos de sete aldeias, Toldo, Coqueiro, Figueira, Palmeira, Barragem, Pavão e Sede.

No dias seis (06) de maio de 2014 com a iniciativa dos pais foi feita uma reunião com os professores e o diretor da escola indígena. Onde decidiram fazer uma manifestação para que haja melhorias nas estradas que dão acesso a escola, casa de cultura e a cidade mais próxima.

Exigimos reforma da Escola Indígena de Educação Básica Laklãnõ, do ginásio de esporte da escola, da casa de cultura, obras de saneamento básico.

As crianças correm risco de vida ao irem para as escolas, principalmente quando começa a época de chuvas. Toda comunidade fica ilhada. A Barragem Norte foi construída para conter a água das chuvas que inundavam as cidades vizinhas e isolar a Terra Indígena Laklãnõ/Xokleng. A situação na escola está precária, a GERED não dá a assistência necessária.

Por isso trancaram as estradas, sem deixar passar carros dos Zug “brancos” . Os alunos, pais, professores estão reivindicando melhores condições. Passaremos a noite aqui e a estrada não será liberada até que tenhamos uma resposta concreta e medidas sejam tomadas imediatamente.

Quando a comunidade reivindica assistência da prefeitura, eles alegam que o município não tem obrigação de fazer a manutenção das estradas porque a Terra Indígena é federal, e não da esfera municipal.

O nosso Povo Xokleng/Laklãnõ, valoriza, sobretudo a família, ela é nossa base, sendo a nossa força para enfrentar os problemas que nos rodeiam. Eu não posso ser índio se meu pai ou

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 80/ 2014

Brasília, 09 de maio de 2014.

minha mãe não se assumirem como tais. Não há espaço, para se achar Índio... Você é ou não é... Você nasce sendo, fazendo e acontecendo. Não cabe achismos ou simplesmente querer ser. É a coletividade que afirma esse pertencimento.

Não foi uma escolha, nascemos Xokleng/Laklãnõ e temos orgulho disso, por essa razão, dedicamo-nos a cada dia de nossa vida, em prol do fortalecimento da nossa Nação, pela garantia de nossa existência, assim como fizeram os nossos antepassados que muitas vezes doaram suas vidas, para que, continuássemos a nossa jornada, repassando a nós os saberes da nossa ciência, dos costumes, a nossa tradição, esse também é o nosso legado

Temos muitos companheiros de luta que não são indígenas em nossa aldeia, agradeço ao bom Aggl?n? por tê-los em nosso meio, pois a grande maioria ajuda a nossa causa pelo compromisso e amor, sem querer nada em troca, sem querer usurpar a nossa identidade, tornado ao logo de sua história em nosso meio, como integrante de nossa comunidade, entretanto se colocam como esposo, esposa, Indigenista, apoiador entre outros, por isso, respeitam a nossa identidade, bem como o nosso direito, sem interferir em nossa organização social ou em nossos costumes.

Parabenizamos a todos que são solidários a nossa luta, e precisamos mais do que nunca da ajuda de todos os nossos aliados, porém não aceitaremos em hipótese alguma que alguém venha se apossar da nossa história pretérita, da nossa Indigenidade, uma vez que, ela faz parte do bem da nossa coletividade Xokleng/Laklãnõ.

Abraços fraternos a todos,
Comissão de pais Xokleng/Laklãnõ

D. Tomás, só um fato, artigo de Roberto Malvezzi (Gogó)*

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 09.05.2014



Dom
Tomás
Balduino

1922 - 2014

[EcoDebate] Teria muitos fatos, muitos momentos para falar de D. Tomás, a partir da convivência de sete anos na Coordenação Nacional da CPT. Mas, relato apenas um.

Um dia lhe disse sobre a importância do Pe. Ibiapina para o Nordeste e de toda geração de evangelizadores, inclusive Pe. Cícero e os beatos que vieram nessa linhagem, fundando comunidades como Canudos, Caldeirão e Pau de Colher.

Ele ouviu atentamente e disse: "são nossos precursores".

Alguns meses depois ele já estava no Juazeiro do Norte, num encontro que as CPTs do Nordeste costumam fazer durante uma das festas do Santuário do Pe. Cícero, no dia de finados.

Ele quis conhecer o Pe. Murilo, um homem que durante 40 anos sustentou a memória do Pe. Cícero como vigário, acolhendo os romeiros, quando a própria instituição eclesial não sabia o que fazer com esse potencial. Hoje já sabe.

Fui com D. Tomás visitar o Pe. Murilo na casa paroquial do Juazeiro. Chegamos e fomos atendidos por uma mulher que trabalhava na casa paroquial. Ela disse: "entrem por aqui e vocês saem lá na Igreja. Ele está confessando o povo".

Fomos atravessando as portas e saímos na Igreja. De repente, Pe. Murilo saiu como uma flecha de dentro do confessionário e veio em direção a D. Tomás. Mesmo sem que jamais o tivesse

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 80/ 2014

Brasília, 09 de maio de 2014.

visto pessoalmente, lhe deu abraço tão efusivo que D. Tomás parecia perplexo. Mais perplexo ainda estava o Padre Murilo, já que não era costume de bispos visitarem o santuário do Pe. Cícero. Foi uma festa e, naquela noite, D. Tomás foi o celebrante de uma missa para aproximadamente 150 mil romeiros.

Durante esses dias a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) realiza sua 52ª assembleia. Um dos temas centrais do evento é a discussão de um novo documento sobre as questões da terra no Brasil. O episcopado, por reações internas, não consegue aprovar outro documento sobre o assunto desde 1983.

Portanto, em memória de Ibiapina, de Pe. Cícero, de tantos precursores, talvez em honra de D. Tomás, mas principalmente em nome daqueles aos quais esses homens dedicaram suas vidas – índios, negros libertos, pobres do sertão, sem terra, etc. – está na hora da CNBB dar um novo grito profético em favor desses despossuídos da terra em pleno século XXI.

*Articulista do Portal EcoDebate, possui formação em Filosofia, Teologia e Estudos Sociais. Atua na Equipe CPP/CPT do São Francisco.



Povo Pataxó e Tupinambá divulga nota exigindo regularização de seus territórios na Bahia

SÍTIO CIMI, 09.05.2014

A Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia (Finpat) divulgou nota pública nesta sexta-feira (9) onde responsabiliza Dilma Rousseff e o ministro da Justiça, José Eduardo Carzoso, pela onda de conflitos fundiários no sul da Bahia e exige a demarcação dos territórios.

A nota relembra os episódios recentes de violência contra os povos indígenas na região, como o ataque no último dia 3, quando pistoleiros dispararam contra um veículo da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), que transportava uma gestante em trabalho de parto. Nesta terça-feira (6) dois indígenas que transitavam em uma motocicleta sofreram um atentado com vários disparos de arma de fogo.

“Diante da situação que se encontra a região, esta instituição indígena vem alertar às autoridades de governos, a iminência de um conflito direto mais contundente com perdas de vidas humanas, pois a intensidade das ameaças por parte dos fazendeiros está se tornando na prática a materialização do ato de violência física contra pessoas e contra o patrimônio. É preciso que os poderes constituídos constituam uma força tarefa interministeriais para atuar na região de conflito evitando o derramamento de sangue.

Sabe-se que os fazendeiros estão associados para um único objetivo que é sem sombra de dúvidas a paralisação do processo de demarcação e revisão de limites do Território Indígena Barra Velha. E por este motivo utilizam de todas as estratégias possíveis incluindo o método de pistolagem.

[...] É público e acessível a todo cidadão Brasileiro que a História confirma a extrema violência e atrocidade cometida contra os povos indígenas desta região desde a colonização até os dias atuais.

Observa-se, neste ano atípico de Copa do Mundo e Eleições Presidencial, que o Governo Brasileiro, nas suas diversas instâncias institucional, não está comprometido e interessado em resolver os conflitos fundiários de indígenas, sem terra e produtores rurais. Deixa o caos instalar para colocar a repreensão policial da Força Nacional e Exército Brasileiro, no argumento de promover a pacificação e segurança pública.

DEMARCAÇÃO JÁ DOS TERRITÓRIOS PATAXÓ BARRA VELHA E TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA.”

Clique aqui (http://www.cimi.org.br/File/Nota_Pataxo_Tupinamba.pdf) para ler a nota na íntegra.



Relator do novo marco da mineração admite em vídeo prática que fere Código de Ética da Câmara

SÍTIO CIMI, 09.05.2014

O deputado federal Leonardo Quintão (PMDB-MG), relator do novo marco legal da mineração (Projeto de Lei 37/2011), admite, em um vídeo gravado em uma audiência na Câmara, em dezembro, que é financiado por empresas de mineração e que defende o setor.

O inciso VIII do Art. 5º do Código de Ética da Câmara afirma que fere o decoro parlamentar "relatar matéria submetida à apreciação da Câmara dos Deputados, de interesse específico de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral".

"Sou financiado, sim, pela mineração, legalmente. Alguns ambientalistas dizem: 'você não pode ser relator porque é financiado pela mineração'. De forma alguma", disse Quintão, na gravação que está circulando na internet. "Não tenho nenhuma vergonha de ser financiado, dentro da lei, por mineradoras", continua. E na sequência: "Eu defendo sim o setor mineral", afirmou (veja abaixo).

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=kxJxZ849zkc

Na terça, um grupo de organizações da sociedade civil e cidadãos comuns, incluindo o ISA, encaminhou uma representação inédita por quebra de decoro parlamentar à Secretaria Geral da Mesa da Câmara Federal contra o deputado. Foi a primeira vez que uma representação popular, por quebra de decoro, foi apresentada contra um parlamentar pelo fato dele relatar um projeto de interesse direto de seus financiadores de campanha.

Dos cerca de R\$ 2 milhões arrecadados por Quintão na campanha de 2010, em torno de 20% foram doados por grandes empresas de mineração e metalurgia, segundo o Tribunal Superior Eleitoral. São elas: a Acerlormittal, Gerdau, Usiminas, Ecosteel e LGA. Com base na norma, a representação lembra que o parlamentar deveria ter rejeitado a relatoria do projeto e pede, como punição, que ele seja afastado da função.

Interesses das mineradoras

Quintão vem defendendo de forma irredutível os interesses das grandes mineradoras. Entre outros pontos, seu relatório não traz nenhum tipo de salvaguarda aos direitos de comunidades indígenas e tradicionais afetadas pela atividade e chega a propor que a oficialização de Unidades de Conservação, Terras Indígenas, territórios quilombolas e assentamentos de reforma agrária tenha anuência da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Segundo reportagem da Agência Câmara, Quintão negou que defenda os interesses do setor mineral e afirmou que seu parecer é contrário a eles, contradizendo o que havia dito em

CONT.



dezembro. Afirmou também que não há irregularidades no financiamento de campanha. Na reportagem da agência, no entanto, ele não responde à denúncia de que está infringindo o Código de Ética (veja aqui).

A representação foi encaminhada por um conjunto de organizações da sociedade civil que defende a moralização da política e também alterações no PL 37/2011 que garantam os direitos socioambientais das populações afetadas por grandes projetos de mineração. Integram o grupo, além do ISA, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e o Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM), entre outras dezenas de organizações que fazem parte do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, além da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política.

Para chegar ao Conselho de Ética, a representação precisa ser analisada pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), pelo corregedor da casa, deputado Átila Lins (PSD-AM), e pela própria Mesa Diretora, que tem sete membros titulares e quatro suplentes.



DSEI Potiguara inaugura nova sede administrativa em João Pessoa

SÍTIO PORTAL DA SAÚDE, 09.05.2014

Em solenidade nessa quarta-feira (07), foi inaugurada a nova sede gerencial e administrativa do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Potiguara. O prédio locado pelo órgão fica na avenida Epitácio Pessoa, nº 2953, bairro Tambauzinho, em João Pessoa (PA). O evento de inauguração contou com a presença de lideranças indígenas da região e dos trabalhadores do DSEI, além de convidados.

Desde que foi criada a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde, em outubro de 2010, regulamentada através do Decreto Federal 7.336, os trabalhos de atendimento à saúde indígena na Paraíba funcionavam no prédio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) - cujo órgão era o executor das ações da saúde indígena no País -, e desde então deu suporte físico até que o DSEI tivesse estrutura própria, medida essa regulamentada pelo próprio decreto que, além de criar a Sesai, deu autonomia administrativa aos 34 distritos em todo o Brasil.

Agradecendo pelo período em que o DSEI Potiguara esteve nas instalações da Funasa, o coordenador distrital, Adriano Simões Andrade, destacou o empreendedorismo de todos que contribuíram para a nova casa, ressaltando a garantia de melhores condições de atendimento aos indígenas e dos funcionários do órgão. "A partir de agora temos um ambiente saudável para que possamos desenvolver nossas atividades de trabalho e atendimento", disse o coordenador.

Entre os presentes na inauguração, o Pajé Francisco falou emocionado e agradeceu ao Deus Tupã, pedindo saúde, paz e trabalho. Na nova sede, o pajé foi homenageado com sua foto em um painel fixado na parede de um dos corredores do pavimento superior da casa.

Participaram da inauguração, o substituto da coordenação-geral da Advocacia Geral da União (AGU) na Paraíba, Ismael Soares Pereira; o diretor administrativo da Funasa, Eduardo de Oliveira, representante da superintendência estadual do órgão; a gerente Operacional de Vigilância Epidemiológica, Bernadete Moreira, representante da Secretaria Estadual de Saúde da Paraíba; o coordenador do DSEI Pernambuco, Antônio Fernando; a coordenadora do DSEI Alagoas/Sergipe, Genilda Leão da Silva; o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (Condisi) Paraíba, Natanael Benedito da Silva; o presidente do Condisi Ceará e coordenador do Fórum de Presidentes do Condisi, Gabriel de Abreu Domingos; e das lideranças do povo Potiguara, cacique geral Sandro Gomes e dos caciques Ildefonso Evangelista (aldeia Akajutibiró); Nathan Galdino (Galego); Alcides Alves (São Francisco); Marcos Isaías (Lagoa do Mato) e Pedro Thiago, da aldeia São Miguel.

A área do DSEI Potiguara na Paraíba abrange uma população superior a 15,9 mil indígenas (aldeados e não aldeados) em três municípios: Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, também denominados de Polos Base, totalizando 32 aldeias.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 80/ 2014

Brasília, 09 de maio de 2014.

Estrutura

A estrutura da nova sede do DSEI Potiguar é constituída de 25 ambientes com recepção, gabinete do gestor, serviço de gestão de pessoas, sala de reunião, auditório, ambiente de espera, copa/cozinha e banheiros, salas de almoçarifados e motoristas; além das salas de cada setor do distrito e das vagas internas dos veículos oficiais, o que totaliza mais de 1,8 mil metros quadros de área interna e externa, incluindo pavimento térreo e superior.

Por João Bosco de Araújo



Gestantes indígenas têm atendimento diferenciado em maternidade em Roraima
SÍTIO PORTAL DA SAÚDE, 09.05.2014

As 480 gestantes indígenas atendidas a cada mês no Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazareth (HMINSN), em Boa Vista, Roraima, recebem acolhimento especializado voltado à valorização da cultura da paciente. A maternidade é a única do país a manter uma Coordenação Indígena há mais de 16 anos. Ela é responsável por respeitar e permitir que as gestantes pratiquem os seus costumes sem oferecer riscos para si ou outras pacientes.

A Coordenação Indígena é responsável por ser elo entre paciente, maternidade e Casa do Índio (Casai). Há intérpretes de Língua Indígena à disposição dos profissionais de saúde e usuários do SUS. Além disso, a equipe desenvolve ações para valorização cultural.

O HMI conta com enfermarias com leitos e armadores de redes instalados. O dispositivo de humanização é uma forma de possibilitar conforto e familiarização, pois é dessa forma que os povos indígenas costumam dormir. Caso a paciente precise ficar internada mais tempo, os familiares podem ficar juntos com ela em uma sala preparada para acolhê-los. O costume dos indígenas é de estarem sempre juntos, algo diferente dos não-índios.

Assim aconteceu com o casal morador da comunidade indígena Ajarani, das Terras Indígena Yanomami, próximo de Caracaraí. Maria, uma jovem mãe indígena, que estava internada com o marido Santarém Yanomami e da filha pequena de dois anos de idade. O quarto individualizado na Ala das Margaridas tem camas, mas também armador de rede. A família estava comendo de acordo com os seus costumes e hábitos: pai e filha de cócoras, pés descasos, comida no centro e sorridentes. A criancinha estava nua, com uma fita preta ao redor da cintura.

Outra preocupação é na dieta e nutrição das pacientes. A equipe de nutrição e alimentação da unidade inclui na alimentação frutas conhecidas por eles, como a banana e o mingau de banana no café, além de carnes brancas, sem molho, sem sal e açúcar e sem gorduras. E dependendo da paciente é servido alimentos acompanhados de ovos e farinha com água, o famoso chibé.

A técnica de enfermagem e coordenadora Indígena no HMI há mais de 14 anos, Geralda Lima, fala quatro línguas maternas e acompanha de perto a entrada das pacientes de diversas etnias atendidas, como as tradicionais Macuxi, Wapixana e Yanomami, além de Sanumã, Yekuana, Ingarikó, Patamona, Wai wai, Xiriana e Xirixana. Ela conta que uma das funções é ser intérprete.

Além de Geralda, o setor conta com mais quatro profissionais habilitados no trato com os indígenas. "O interprete é importante, pois muitos profissionais de saúde não falam a língua indígena, e por outro lado, os indígenas são muito tímidos. Ajudamos na hora de realizar algum procedimento, medicação ou mesmo de externar alguma necessidade da paciente",

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 80/ 2014

Brasília, 09 de maio de 2014.

explicou.

O setor funciona de 7h às 19h, de segunda a sexta-feira. Quando há necessidade final de semana, uma equipe da Casai ou da própria unidade é acionada para dar suporte no atendimento dos médicos e enfermeiros. "Normalmente as indígenas ficam assustadas com o ambiente, têm medo de estar ali e mais ainda, sentem-se observadas pelas outras mulheres. Por serem muito fieis aos seus costumes, acreditam em Canaimé, mal olhado, entre outras coisas. O nosso papel acaba sendo também de psicólogas para acalmá-las durante o atendimento", salientou Geralda.

* Uol



Novos professores reforçam a educação indígena no Parque do Tumucumaque
SÍTIO AMAPÁ DIGITAL, 09.05.2014

A Secretaria de Estado da Educação (Seed) contratou 22 professores indígenas das aldeias originárias do Parque do Tumucumaque. Os novos docentes são do curso de formação profissionalizante nível médio. A ideia é reforçar o sistema de ensino indígena preservando os costumes, a cultura e a língua materna das etnias.

Além das aldeias do Parque do Tumucumaque, a Seed também capacita professores das regiões de Pedra Branca do Amapari e Oiapoque. No total, 50 educadores participam do curso de formação.

Só na região do Parque do Tumucumaque existem 1.102 estudantes indígenas em um total de 25 escolas, distribuídas em duas sub-regiões denominadas de "Missão" e "Bona". O difícil acesso a regiões que só pode ser feito por via aérea também é um dos motivos em manter na área um professor local.

Os 22 professores indígenas lecionarão a partir do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Todos são de origem da aldeia Tiriyo, localizada no Parque do Tumucumaque, fronteira do Brasil com o Suriname, na divisa Amapá e Pará. No local reside uma população de 1.400 índios.

A contratação dos 22 professores indígenas é assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996: artigos: 26, 32, 78 e 79 e Plano Nacional de Educação (Lei 10.172 - 9 de janeiro de 2001), que trata sobre educação escolar indígena.

Avanço educacional

João Evangelista Tiriyo, formado em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá (Unifap), ministra aulas de Filosofia e Sociologia para uma turma de 39 alunos, todos fazem parte do curso profissionalizante de magistério nível médio. Para o professor, a oportunidade de multiplicar seus conhecimentos na terra em que nasceu é gratificante.

"Estou muito feliz em poder multiplicar conhecimento e passar adiante o que aprendi, dar aula aqui na aldeia é a realização de um sonho, aqui sigo incentivando e mostrando novos caminhos para a população indígena. Fico imensamente gratificado pela oportunidade de estar aqui e contribuir para o desenvolvimento saudável da tribo", declarou emocionado.

Na Escola Indígena Estadual Pawyemem, da aldeia "Missão" Tiriyo, três professores ministram aulas para os alunos do curso de formação nos turnos manhã e tarde. Todo o conteúdo é repassado na língua materna e na língua portuguesa.

CONT.



Encontro

Em reunião durante a última visita feita à aldeia Tiriyo, a coordenadora da Unidade de Ensino Específico da Secretaria de Estado da Educação (Seed), Alcileia Ferreira, destacou a importância da formação dos professores locais para a educação indígena. "Formar um profissional de dentro da aldeia é maneira de abrir os caminhos do conhecimento de forma saudável, no sentido de preservar os costumes e a cultura dos povos indígenas, além de outros fatores que facilitam o aprendizado dos alunos", concluiu.

O diretor da Escola, Aturapoty Apalai Tiriyo, agradeceu o apoio do governador Camilo Capiberibe, que, através da Seed, está desenvolvendo os cursos de formação a professores indígenas. "Para nós a formação dos nossos professores é uma conquista de muito valor, todo apoio é bem-vindo", destacou.

Os indígenas solicitaram reforma da escola, alojamento dos professores, apoio para as escolas, ventiladores e ampliação do espaço, equipamentos e contratação de merendeiros. A escola possui 290 alunos. "Povo indígena precisa da formação para avançar".

O cacique Tito Tiriyo Simuto destacou que, devido à realidade e costumes dos indígenas serem diferentes dos "brancos", a dificuldade em manter professores não-índios nas aldeias aumenta, por isso é importante a formação dos índios. "Para o tempo integral, não adianta enviar professores de fora, o índio se acostuma em qualquer lugar e de qualquer jeito, porque é assim que nós estamos acostumados; o 'branco' não é assim, porque a realidade dele é diferente. Que nosso governador continue amparando os povos indígenas para que possamos avançar", finalizou.



Governo deve demarcar área indígena tupinambá no Estado da Bahia

SÍTIO VALE FM, 09.05.2014

Segundo o governo, houve tentativas de dialogar com índios e produtores rurais, que não aceitaram conversar

O Ministério da Justiça decidiu demarcar uma terra indígena para a etnia tupinambá, no sul da Bahia. A decisão foi tomada sem negociação entre índios e produtores rurais. Segundo o governo, houve tentativas de dialogar com ambas as partes, que não aceitaram conversar.

- Nós tentamos diversas vezes. Eu estive na Bahia um dia inteiro, dialoguei com lideranças indígenas, dialoguei com proprietários, mas também se recusavam a sentar juntos para uma mediação. Então, na medida em que essa situação persiste, chegou a hora do governo federal tomar posição em relação à demarcação – disse o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, nesta quinta, dia 08, em Brasília (DF).

José Eduardo Cardozo falou ainda que estão sendo feitos os estudos finais, em relação a essa área tupinambá e o Ministério deverá, a curto prazo, tomar uma decisão a respeito.

Fonte: RuralBr



Federação Indígena culpa governo pelos conflitos na Bahia

SÍTIO MUNICÍPIOS BAIANOS, 09.05.2014

Diante do aumento dos conflitos entre produtores rurais e indígenas no qual estão ocorrendo perdas de vidas humanas no sul e extremo sul da Bahia, a Federação Indígena - FINPAT emitiu e encaminhou para a imprensa uma nota pública na qual responsabiliza diretamente a presidente da república Dilma Rousseff e o ministro da justiça José Eduardo Cardoso pelo agravamento da situação.

Leia abaixo reproduzida integralmente na qual alerta o governo da possibilidade de conflitos diretos com risco de perdas de vidas humanas.

NOTA PÚBLICA DA FEDERAÇÃO INDÍGENA - FINPAT

A Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia – FINPAT, no uso de suas atribuições legais, vêm pela presente Nota Pública, responsabilizar a Presidente da República Federativa do Brasil, a Exm^a. Sr^a. Dilma Rousseff e o Ministro de Estado da Justiça, o Exm^o. Sr^o. José Eduardo Cardoso, pela crescente onda de conflitos fundiários no Sul da Bahia, na disputa de terra entre índios e produtores rurais não indígenas, nos Territórios Pataxó Barra Velha e Tupinambá de Olivença. Pois a falta de decisão e posição do Governo Federal, na Emissão de Portarias Declaratória, tem ocasionado vários assassinatos de índios e produtores rurais, criminalização de lideranças indígenas, discriminação e incitação de violências aos Povos Indígenas, dano ao patrimônio público, insegurança pública e estado de sítio a população. Além do caos instalado no Território Tupinambá de Olivença, os conflitos chegaram ao Extremo Sul, no Território Pataxó Barra Velha, gerando agressões violentas por parte dos fazendeiros. A exemplo do fato gravíssimo que ocorreu na madrugada do dia 03 de Maio de 2014, onde um veículo que prestava serviço a Saúde Indígena – SESAI, foi alvejado com 17 perfurações de projétil de arma de fogo de grosso calibre. No momento que conduzia uma paciente indígena em trabalho de parto da Aldeia de Boca da Mata para o Hospital da Cidade de Itamaraju/BA. Neste dia 06 de Maio, mais uma tentativa de assassinatos de indígenas, onde foram disparados tiros de arma de fogo, contra dois índios que transitavam em uma motocicleta na estrada vicinal de acesso aos povoados e cidades daquela localidade. Diante de uma experiência traumática e desesperadora, os ocupantes do veículo da saúde se embrenharam no mato para salvar suas vidas enquanto aguardaram por socorro. Esses relatos vêm se somar a outras estatísticas vivenciadas por diversos indígenas da etnia Pataxó que ao longo dos anos denunciavam as autoridades constituídas, as várias formas de agressão sofrida na luta pelo reconhecimento da soberania do território Barra Velha.

Neste intuito, chama-se a atenção para o fato de que o Governo Central, especialmente a Presidência da República e Ministério da Justiça, dispõe de instrumentos jurídicos e administrativos para regularizar a demarcação dos territórios em questão, uma vez que a FUNAI subsidiou aquela pasta Ministerial, fornecendo as informações técnicas necessárias para a viabilidade do processo.

CONT.



Este assunto tem sido pautado pela Federação Indígena - FINPAT em Brasília, nas diversas audiências de busca de soluções definitiva de forma pacífica junto aos órgãos Centrais do Governo, através do diálogo permanente e encaminhamento de documentos, sendo que, todas as etapas dos processos declaratórios das áreas, já foram concluídas e encaminhados ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Justiça, Srº. José Eduardo Cardoso para assinatura das Portarias Declaratória, sendo que até o presente momento, os processos não foram concluídos.

Diante a situação que se encontra a região, esta instituição indígena vem alertar as autoridades de governos, a iminência de um conflito direto mais contundente com perdas de vidas humanas, pois a intensidade das ameaças por parte dos fazendeiros está se tornando na prática a materialização do ato de violência física contra pessoas e contra o patrimônio. É preciso que os poderes constituídos constituam uma força tarefa interministeriais para atuar na região de conflito evitando o derramamento de sangue. Sabe-se que os fazendeiros estão associados para um único objetivo que é sem sombra de dúvidas a paralisação do processo de demarcação e revisão de limites do Território Indígena Barra Velha. E por este motivo utilizam de todas as estratégias possíveis incluindo o método de pistolagem.

Os líderes indígenas tem buscado o diálogo institucional para resolver uma questão que está patente aos olhos de toda a Sociedade. Ou seja, não há como maquiar ou mesmo omitir a real presença e permanência indígena nesta região do Sul e Extremo Sul da Bahia, especialmente tendo sua origem na Aldeia Pataxó Barra Velha. É público e acessível a todo cidadão Brasileiro que a História confirma a extrema violência e atrocidade cometida contra os povos indígenas desta região desde a colonização até os dias atuais. Na forma que foram expulsos de suas terras com requintes de crueldades onde os mesmos passaram a viver e sobreviver como fugitivos escravizados dentro do seu próprio território, resistindo a toda espécie de tortura e vulnerabilidade sendo inclusive proibidos de falar o seu próprio dialeto e obrigados a negar a sua própria etnia.

O Território Pataxó Barra Velha e Tupinambá de Olivença, não é uma invenção antropológica como alegam os fazendeiros. Esta região tem um valor imensurável para aos Povos Pataxó e Tupinambá. Representa o Berço da História, da Cultura, de fortes tradições de uma Nação e seu pertencimento.

Portanto, pede-se o respeito e responsabilidade nas decisões que envolvam a atual realidade, e para isso, as Autoridades Brasileiras dispõe de Instituições fortes e aptas à resolução destes problemas, bastando analisar com profundidade e ter vontade POLÍTICA.

Os indígenas jamais adotaram qualquer procedimento antecipado sem antes consultar e encaminhar o formato legal das ações individuais ou coletivas. Infelizmente, para um povo que ver seus direitos serem cerceados muitas vezes até mesmo por aqueles deveriam reconhecê-los, e ver se prolongarem por anos sem fim de sua causa, obriga arriscar a própria vida resistindo às dificuldades para defender o território tradicional.

Muitas são as inverdades e contradições que recai sobre os povos indígenas, principalmente quando há questões de interesse maior. O problema é que essas inverdades são apresentadas a sociedade sobre a forma preconceituosa, mesquinha, discriminatória e diminutiva sempre

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 80/ 2014

Brasília, 09 de maio de 2014.

colocando os índios como vilões da história, quando na verdade essas elites dominantes pretendem encobrir todo um histórico de massacre contra os povos indígenas que vem perdurando até o período contemporâneo. Eventualmente, utilizam-se de características distintas sempre de forma suntuosa para cometer atos de violência contra as comunidades e seus membros e até mesmo contra as organizações internas, utilizando-se de uma roupagem de presunção visando intimidar o movimento indígena e coibir as manifestações de direito previstas na carta magna brasileira.

Por estas tantas razões, vale alertar mais uma vez as autoridades, no intuito de promoverem as decisões políticas administrativas quanto a real demarcação dos territórios, bem como os demais atos institucionais previstos em lei, visando dirimir as dúvidas e sanar definitivamente com esse gargalo entravado na região que tem promovido o desassossego das famílias e de todos os envolvidos neste processo.

O momento é de extrema agonia para todos os indígenas, na pretensão de ver os seus direitos serem reconhecidos pelo Governo Brasileiro para assegurar que o Brasil cumpre seus tratados junto aos demais organismos nacionais e internacionais na preservação dos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam conforme estabelece o artigo 231 da constituição da República Federativa do Brasil.

Observa-se, neste ano atípico de Copa do Mundo e Eleições Presidencial, que o Governo Brasileiro, nas suas diversas instâncias institucional, não está comprometido e interessado em resolver os conflitos fundiários de indígenas, sem terra e produtores rurais. Deixa o caos instalar para colocar a repreensão policial da Força Nacional e Exército Brasileiro, no argumento de promover a pacificação e segurança pública. DEMARCAÇÃO JÁ DOS TERRITÓRIOS PATAXÓ BARRA VELHA E TUPINAMBÁ DE OLIVENÇA.

Porto Seguro/BA, 06 de Maio de 2014.

Gerdion Santos do Nascimento – Aruã Pataxó
Cacique da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha
Presidente da Federação Indígena – FINPAT



TERRAS INDÍGENAS - Lançado edital da chamada pública

SÍTIO DIÁRIO DE CUIABÁ, 09.05.2014

Da Assessoria

Uma parceria entre o Ministério da Justiça, a Fundação Nacional do Índio (Funai), o Ministério do Meio Ambiente e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançou ontem (8) o edital da chamada pública para projetos de gestão territorial e ambiental em terras indígenas.

Com o lançamento do edital, fundações de direito privado ou associações civis – organizações indígenas, indigenistas e socioambientalistas – poderão apresentar projetos ao BNDES com valores entre R\$ 4 milhões e R\$ 12 milhões que contemplem a gestão ambiental de terras indígenas. A chamada pública é destinada a projetos para a região do Bioma Amazônia. O edital está disponível no site do BNDES, e os projetos poderão ser apresentados em até cinco meses.

A presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati, destacou a importância de valorizar o trabalho dos povos indígenas na preservação do meio ambiente. “Queria reforçar a importância das terras indígenas no caráter da proteção da biodiversidade das terras. As áreas protegidas são as que mais contribuem com a proteção e a conservação do meio ambiente”, declarou.

Para o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a elaboração de políticas públicas voltadas aos povos indígenas é “um avanço” para o Brasil, referindo-se a décadas passadas, onde o Estado teria negligenciado os índios. “Os índios sabem como gerir a própria terra”, lembrou Maximiliano Menezes, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).



Olarte pode ampliar perímetro urbano para beneficiar comunidade indígena

SÍTIO BBC NEWS, 09.05.2014

O prefeito de Campo Grande, Gilmar Olarte (PP), deve enviar um Projeto de Lei para a Câmara Municipal com o objetivo de ampliar o perímetro urbano de Campo Grande, em especial da região do bairro Tarsila do Amaral para beneficiar a comunidade indígena Água Bonita. A medida é um dos encaminhamentos da reunião realizada nesta semana com os deputados Laerte Tetila (PT) e Carlos Marun (PMDB).

As 128 famílias da comunidade ocupam uma área de quatro hectares ao lado da aldeia Água Bonita e reivindicam a construção de moradias. No entanto, a área está localizada na área rural e pertencente ao Estado, impossibilitando a realização de obras pela Prefeitura.

O prefeito Gilmar Olarte informou às 20 lideranças indígenas presentes no encontro e aos deputados Tetila e Marun que a medida depende de uma análise e consulta do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano. Caso a alteração de perímetro urbano seja aprovada, a Prefeitura poderá estabelecer convênio com o governo federal para a construção de habitações dentro de programas de moradias.

A ampliação do perímetro da Capital já é estudada pela Unidade de Planejamento Urbano (Planurb) em razão também da possibilidade de criação de novas áreas para a implantação de indústrias com incentivos da Prefeitura, principalmente nas saídas para São Paulo e Cuiabá. O resultado sobre o processo de análise deverá ser anunciado na próxima semana.



Orquestra Indígena de MS se apresenta no Rio de Janeiro durante a Copa do Mundo
SÍTIO MIDIAMAX, 09.05.2014

A Orquestra Indígena Teko Arandu vai se apresentar no Rio de Janeiro durante a Copa do Mundo. O Teko Arandu foi o único projeto selecionado do Mato Grosso do Sul pelo Concurso Cultura 2014 que definiu as manifestações culturais que farão parte da programação da competição no Brasil.

Foram 114 projetos classificados nas 12 cidades-sede da Copa do Mundo, totalizando 892 apresentações de trabalhos artístico-culturais em todas as regiões do país. As apresentações abrangem manifestações artísticas como circo, teatro, música, artes visuais, dança, manifestações tradicionais, literatura e audiovisual.

A Orquestra Indígena Teko Arandu faz parte do grupo de 'Manifestações Tradicionais' e configura entre os cinco projetos do Centro Oeste escolhidos para o evento, sendo três do Distrito Federal, um do Mato Grosso e um do Mato Grosso do Sul. As datas e locais das apresentações da orquestra no Rio de Janeiro ainda serão definidas.

O Ministério da Cultura tem por objetivo fomentar a programação cultural dessas cidades e dar espaço a pequenos e médios produtores culturais durante um dos maiores eventos esportivos do mundo, apresentando a riqueza e pluralidade da cultura nacional a brasileiros e estrangeiros.

Orquestra Indígena Teko Arandu

A orquestra 'Teko Arandu' beneficia 125 crianças, adolescentes e jovens, na faixa etária entre seis e 24 anos, das comunidades e escolas indígenas da rede pública de ensino de Anastácio e Aquidauana.

Os alunos recebem oficinas de formação musical teórica e prática de instrumentos de percussão, sopro e cordas (violão) e de musicalização. O objetivo é oferecer formação musical continuada a jovens em situação de vulnerabilidade social.



Reunião discutirá conflito indígena nesta sexta-feira em Faxinalzinho, RS

SÍTIO G1, 09.05.2014

*Articulada pelo Governo Estadual, representantes discutirão impasse.
Tensão na cidade é permanente desde a morte de dois agricultores.*

Um grupo de indígenas continua bloqueando por tempo indeterminado a ERS-487, que fica entre os municípios de Benjamin Constant do Sul e Faxinalzinho, na Região Norte do Rio Grande do Sul. O clima segue tenso na região desde que dois agricultores foram mortos no dia 28 de abril em um conflito por demarcação de terras. Uma reunião marcada para a tarde desta sexta-feira (9) na região pode ser o primeiro passo para que indígenas e agricultores tentem uma conciliação.

No encontro articulado pelo Governo Estadual vão estar presentes representantes do Palácio Piratini, do Ministério Público Federal e da prefeitura de Faxinalzinho, além de lideranças envolvidas no conflito agrário. Uma carta com reivindicações também deve ser encaminhada ao ministro da Justiça. O grupo de caingangues decidiu que não vai participar de uma reunião em Brasília, marcada para o próximo dia 22. Eles querem que a reunião aconteça aqui no estado.

Em Brasília, o ministro José Eduardo Cardozo afirmou que o Governo Federal está disposto a resolver a questão, onde quer que seja definido o encontro. As aulas em Faxinalzinho foram canceladas pelo menos até a terça-feira (13) e a rodovia não tem previsão de ser liberada. O grupo da reserva Votouro se manifesta desde a tarde de quarta-feira (7) e pede a demarcação de terras na região. Somente ambulâncias tem passagem autorizada pelo local.

O clima ficou mais tenso desde que Cardozo desmarcou uma visita ao estado devido a uma convocação da presidente Dilma Rousseff. Ao todo, são 2.734 hectares em disputa em Faxinalzinho. O conflito envolve quase 200 famílias de indígenas e 140 de agricultores, de acordo com dados da Secretaria Estadual do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo.

Em abril, os agricultores foram mortos próximo à estrada que liga Erval Grande a Faxinalzinho, no norte. Segundo a Brigada Militar, as vítimas tentaram furar um bloqueio imposto por indígenas em estradas da região para reivindicar a demarcação de terras. Os irmãos queriam abrir passagem para caminhões carregados com ração. Houve discussão e os produtores fugiram para um milharal, onde foram mortos a golpes de facões, pauladas e tiros de espingarda. A Polícia Federal investiga o caso.